



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Recife, 26/03/2010

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**CGU- Controladoria Geral da União**

**PAC- Programa de Aceleração do Crescimento**

**UO – Unidade Orçamentária**

**DEC. – Decreto**

**FUNAPOL- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal**

**CPGF- Cartão de Pagamento do Governo Federal**

**DNOCS- Departamento Nacional de Obras contra as Secas**

**REF- Registro Eletrônico de Frequência**

## **LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
<i>Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8980 .....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI .....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro11 - Dados Gerais da Ação 8375.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000 .....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação .....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 16 - Evolução de Gastos Gerais.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 17 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 18 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade .....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro 25 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 26 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 27 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 28 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....</i>	<i>45</i>

## Sumário

Introdução.....	8
1 – Informações Gerais de Identificação.....	10
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
2 – Objetivos e Metas.....	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	12
2.2 – Estratégia de Atuação.....	13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....	14
Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	14
2.3.1 – Programas/Ações.....	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	15
Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações .....	15
2.3.1.1.1 Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	15
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679.....	15
2.3.1.1.2 Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	16
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720.....	16
2.3.1.1.3 Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....	17
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726.....	17
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	18
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572.....	18
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	19
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	19

2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	20
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI ..	20
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento .....	21
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo .....	21
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	22
2.4 – Desempenho Operacional .....	24
2.4.1 – Evolução das despesas.....	24
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	24
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	25
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	27
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....	28
2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade .....	29
2.4.2 – Indicadores de desempenho .....	30
QUADRO 22 – PERÍCIAS REALIZADAS E PENDÊNCIAS .....	31
QUADRO 23 – INDICADORES POR SETOR E ATIVIDADES DA DELEGACIA DE SALGUEIRO .....	31
QUADRO 24 – QUADRO DE EVOLUÇÃO DE IPL’S NA DELEGACIA DE SALGUEIRO .....	38
2.4.3 – Análise do desempenho .....	39
3 - Recursos Humanos .....	39
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	41
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009 .....	41
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres .....	43
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	43
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos .....	43
9 – Renúncia Tributária.....	43
10 – Operações de Fundo .....	44
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	44
11.1 – Recomendações da CGU.....	44
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	44

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009.....	44
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios .....	45
14 – Outras Considerações.....	46
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada .....	48

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por duas (02) Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Caruaru e Salgueiro.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
  - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
  - 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
  - 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
  - 2. Núcleo de Operações – NO;
  - 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
  - 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
  - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
  - 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
  - 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
  - 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
  - 9. Delegacia de Polícia Marítima- DEPOM
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
  - 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
  - 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
  - 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
  - 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
  - 2. Núcleo de Correições – NUCOR.



As principais atuações da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco são determinadas por características do estado como sua posição geográfica, as atividades econômicas desempenhadas, o fluxo de pessoas e bens, sua malha viária e a distribuição de riquezas e desigualdades dentro do estado. Por sua posição geográfica e disposições históricas, o estado atua como um centralizador econômico no Nordeste. Num raio de 300 km do Recife, vivem doze milhões de pessoas, 54,7 bilhões de reais de PIB, mais da metade dos centros de pesquisa do Nordeste, quatro grandes portos e dois aeroportos internacionais. Ao estender o raio para 800 km, se concentra 90% do PIB de toda a região Nordeste. Isso se deve principalmente à posição central do estado e da região metropolitana do Recife em relação ao Nordeste e da proximidade da cidade do Recife de outras capitais de estado como João Pessoa e Maceió, além de importantes centros urbanos interioranos como Campina Grande, Caruaru, Garanhuns, Arapiraca e Petrolina. A principal forma de transporte do estado são rodovias. As mais importantes são a BR-101, que, avançando pela costa pernambucana, liga o norte ao sul do estado e a BR-232, ligando a capital ao interior do estado, no sentido leste-oeste. O estado tem dois aeroportos internacionais. O Aeroporto Internacional do Recife - Gilberto Freyre é o maior aeroporto do Norte-Nordeste, com uma pista de 3305 m e capacidade para 5 milhões de passageiros ao ano. O Aeroporto de Petrolina possui a segunda maior pista de pouso do Nordeste e o seu principal emprego é no transporte da produção de frutas do Vale do São Francisco para o exterior. Pernambuco apresenta dois portos marítimos: o de Suape, segundo maior do Brasil, localizado no município de Ipojuca, e o do Recife. Faz divisa com Paraíba e Ceará ao norte, Alagoas e Bahia ao sul, Piauí ao oeste e o oceano Atlântico ao leste. Tem 187 km de costa, excluindo a costa do arquipélago de Fernando de Noronha. O arquipélago é visitado por turistas do Brasil e do mundo. Mais da metade do estado é localizado no Sertão, exclusivamente no oeste do estado.

Desta forma esta Superintendência Regional tem concentrado seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crimes contra o patrimônio, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais. No sertão pernambucano têm-se intensificado o combate ao cultivo de plantas psicotrópicas, mais notadamente a cannabis sativa (maconha), com operações de erradicação da planta no denominado “polígono da maconha”.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou cerca de 50 (cinquenta) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 191 (cento e noventa e um) mandados de prisão (flagrante, temporária e preventiva), diversos mandados de busca, apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1826 (um mil oitocentos e vinte e seis) Inquéritos Policiais, concluídos cerca de 1859 (um mil oitocentos e cinquenta e nove), e ficaram em aberto (em andamento) cerca de 3000 (três mil) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

# 1 – Informações Gerais de Identificação

## Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Pernambuco			
Código SIORG: 001219	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200398	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(081 ) 21374007	(081) 21374027	(081) 21304002
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srpe@dpf.gov.br">gab.srpe@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Pernambuco			
Denominação abreviada: FUNAPOL – PE			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200399	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(081 ) 21374007	(081) 21374027	(081) 21304002
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srpe@dpf.gov.br">gab.srpe@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			

- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
  - Dec. 56.510, de 28/06/65, DOU. 138, de 22/07/65.
  - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.
  - Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 24/05/76
  - Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72
- FUNAPOL:** - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas**

- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
- Portaria. 527/64, BS. 245, de 24/12/64

**Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas**

## 2 – Objetivos e Metas

### 2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Pernambuco exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

#### 2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;

- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Pernambuco atuou mais notadamente no combate aos crimes de tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio e ao meio ambiente, crimes previdenciários. Também, foi objetivo na SR neste exercício a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes através da contratação de terceirizados para execução da emissão destes serviços, no controle de armas e missão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

Como forma de melhorar a atuação da Polícia Federal no sertão pernambucano envidamos esforços em adquirir e reformar uma nova sede para a Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro, tendo em vista um melhor combate aos crimes praticados na região e ao tráfico de drogas realizados no denominado “polígono da maconha”.

## **2.2 – Estratégia de Atuação**

Praticamente todas as diretrizes traçadas pela Direção-Geral e Diretorias para 2009 foram cumpridas pela SR/DPF/PE.

Algumas medidas implementadas e/ou mantidas no transcurso de 2009 tiveram reflexos altamente positivos nas áreas administrativa e operacional, com destaque para: fortalecimento da corregedoria, em especial para as ações do NUCOR; medidas para diminuir a redistribuição de IPL's; consolidação do processo de especialização iniciado nas gestões anteriores; implementação, a partir de Julho de 2009, do Relatório Estatístico Mensal de Produtividade na área de polícia judiciária; implantação, a partir de agosto de 2009, do Sistema Eletrônico de Controle de Viatura – SISVIA; implantação, a partir de setembro de 2009, do Registro Eletrônico de Acesso e Frequência –REF; implantação do sistema de câmeras de segurança e controle de entrada/saída de visitantes.

Foram incluídos mais de 15.400 requerimentos de passaportes antigos no CTI/SINPA, a realização de treinamento de pessoal, a significativa redução do saldo de procedimentos pendentes de pedido de permanência, em face de mutirão organizado com apoio de efetivo externo, o julgamento de autos de infração e inclusão no SINPI dos mandados de prisão expedidos pelas justiças Federal e Estadual.

Como medidas ainda pendentes, pode-se citar a necessária implementação de atividades investigativas pelo Núcleo de Operações e Núcleo de Fiscalização do Tráfego Internacional, bem como voltadas à segurança aeroportuária.

Houve a contratação de empresa terceirizada para atendimento no serviço de emissão de passaporte e controle migratório tendo como resultado uma melhoria expressiva no serviço. Foram emitidos 27.636 passaportes modelo ICAO, o que demonstra a preocupação desta Superintendência em servir cada vez melhor a população que necessita do serviço.

Em 2009 tivemos redução em nossa cota orçamentária por conta da crise mundial dos mercados que atingiu, também, nosso país. Com isso tivemos várias dificuldades em pagar em dia nossos fornecedores como também em implementar melhorias físicas para a superintendência e delegacias descentralizadas.

Temos limitações físicas das instalações, tendo em vista que o prédio onde está instalada a Superintendência tem mais de 30 de anos de construído. Atualmente temos uma grande deficiência de pessoal para realizar serviços administrativos.

## 2.3 - Gestão orçamentária e financeira

### *Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade*

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

### 2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Pernambuco, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a construção/reforma da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Salgueiro/PE obra com execução durante o exercício de 2009 e com previsão de conclusão para o final de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

### 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Não informado
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

#### 2.3.1.1.1 Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679**

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200399
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2679	FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS	967.779,64	967.232,25	967.232,25	547,39

### *Considerações*

Foram empenhados e liquidados em R\$ 967.779,64 nesta ação, sendo que apenas R\$ 547,39 foram inscritos em Restos a Pagar, ou seja, 0,05%. Em 2009 foram emitidos/renovados 246 (duzentos e quarenta e seis) licenças.

## **2.3.1.1.2 Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

*Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720*

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200399
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)



Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2720	ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA	190.977,19	190.233,71	190.233,71	743,48

### Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de carácter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Os principais entorpecentes apreendidos foram cocaína, crack e maconha. Com a atuação nos aeroportos internacionais do estado foram apreendidas drogas que tinham como principal destino o abastecimento dos mercados europeus. O quadro abaixo mostra o desempenho no combate ao tráfico de entorpecente.

Pessoas presas	<b>91</b>
Veículos apreendidos	<b>29</b>
Armas apreendidas	<b>05</b>
Maconha apreendida	<b>320,333 kg</b>
Cocaína (cloridrato, pasta-base, crack)	<b>227,430 kg</b>

### 2.3.1.1.3 Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

*Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726*

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República,

	autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Gomes Ferreira
Unidades executoras	200399
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2726 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS,SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO	2.154.563,21	2.134.835,94	2.134.835,94	19.727,27

### Considerações

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados a área finalística da SR em Pernambuco. Foram empenhados R\$ 2.154.563,21, sendo mais de 99 % liquidado e pago dentro do próprio exercício. Foram realizadas quase 50 (cinquenta) operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. Foi emitido pelo Setor Técnico-Científico mais de 1300 (um mil e trezentos) laudos, o que representou embasou na produção de prova para compor os inquéritos policiais. A quantidade de IPLs relatados em 2009 aumentou. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão pelos Núcleos Operacionais das diversas delegacias, além da execução de mais 190 prisões autorizadas pela Justiça.

### 2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

**Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal

Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200399
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	1.480,00	1.480,00	1.480,00	-----

### Considerações

Em 2009 foram realizados diversos cursos e treinamentos pelos servidores lotados na Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco. Dentre os cursos podemos citar o treinamento de armamento e tiro tático por quase todos os policiais integrantes do efetivo lotado no Estado de Pernambuco.

Consta apenas a execução de R\$ 1.480,00 pela Unidade Gestora de Pernambuco em razão da realização orçamentária feita, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

### 2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

**Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Paulo de Tarso Teixeira
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo <sup>2</sup>	Descrição da Ação
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### 2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

**Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8980**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200399
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8980	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	606.127,55	273.191,57	198.647,80	332.935,98

#### Considerações

A inscrição em restos a pagar de R\$332.935,98, são relativos aos créditos empenhados para reforma/ampliação da Delegacia de Polícia Federal no município de Salgueiro/PE. Como a unidade localizada no sertão do estado e distante 520 km da capital do estado, Recife, a empresa contratada teve dificuldade no fornecimento de insumos para conclusão da obra.

### 2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

**Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	
Indicador(es) para avaliação do	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)

programa	
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	198.648,37	126.746,41	126.746,41	71.901,96

### 2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

*Quadro11 - Dados Gerais da Ação 8375*

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200398
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

#### *Considerações*

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado de Pernambuco a Polícia Federal pagou R\$ 126.746,41 indenizações. Foram apreendidas 342 armas de fogo, foram emitidos 8697 registros e regularizadas 809 armas de fogo na campanha do desarmamento, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas.

### 2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos

operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

**Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Não informado
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>3</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

**Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação

<sup>3</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200399, 200398
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

### Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - 200399	59.331,29	58.483,49	58.483,49	847,80
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - 200398	6.072.726,37	4.657.378,24	4.635.946,05	1.415.348,13
2000	TOTAL	6.132.057,66	4.715.861,73	4.694.429,54	1.416.195,93

Foram empenhadas nesta ação mais de seis milhões de reais no transcorrer do exercício de 2009. A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades de apoio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; serviços terceirizados; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens, compra de móveis e pagamentos de contratos.

Devido ao contingenciamento financeiro no ano de 2009, como reflexo da crise financeira mundial, a SR teve dificuldades em pagar todos os compromissos ficando cerca de um milhão e quatrocentos mil reais ficaram em restos a pagar. Devemos frisar que dentro deste valor consta cerca de um milhão e cem mil reais são relativas a despesas empenhadas no final do exercício para a compra de mobiliário, centrais telefônicas para a SR e Delegacias descentralizadas e divisórias para a nova delegacia de Salgueiro que estão sendo entregues no ano de 2010.

## 2.4 – Desempenho Operacional

### 2.4.1 – Evolução das despesas

#### 2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	3.076.563,22	2.724.361,74	3.076.563,22	2.724.361,74
Convite	---	---	---	---
Tomada de Preços	161.131,88	78.136,87	161.131,88	78.136,87
Concorrência	437,35	---	437,35	---
Pregão	2.914.993,99	2.646.224,87	2.914.993,99	2.646.224,87
Concurso	---	---	---	---
Consulta	---	---	---	---
<b>Contratações Diretas</b>	1.302.716,80	1.540.961,88	1.302.716,80	1.540.961,88
Dispensa	1.302.716,80	1.365.116,57	1.302.716,80	1.365.116,57
Inexigibilidade	---	175.845,31	---	175.845,31
<b>Regime de Execução Especial</b>	2.182.380,25	895.864,08	2.182.380,25	895.864,08
Suprimento de Fundos	2.182.380,25	895.864,08	2.182.380,25	895.864,08
<b>Pagamento de Pessoal</b>	2.465.442,20	2.391.968,15	2.103.013,08	2.371.964,11
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Diárias</b>	2.465.442,20	2.391.968,15	2.103.013,08	2.371.964,11
<b>Outros</b>	---	3.238.057,18	---	3.238.057,18

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



## 2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
08-OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	45.790,62	25.142,16	45.790,62	25.142,16	---	---	45.790,62	25.142,16
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.465.442,20	2.391.968,15	2.103.013,08	2.371.964,11	362.429,12	20.004,04	2.102.922,10	2.371.964,11
30-MATERIAL DE CONSUMO	1.001.535,64	1.018.502,15	897.593,15	949.031,48	103.942,49	69.470,67	862.399,03	949.031,48
33-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	536.979,71	408.886,32	510.589,16	403.967,17	26.390,55	4.919,15	510.589,16	403.967,17
36-SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	237.422,63	225.706,17	236.880,37	225.659,34	542,26	46,83	214.598,02	225.659,34
37-LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.002.021,42	1.915.596,68	952.249,91	1.800.427,58	49.771,51	115.169,10	952.249,91	1.794.088,80
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	2.398.858,55	2.118.305,57	1.590.776,44	1.808.077,21	808.082,11	310.228,36	1.561.609,61	1.792.983,80
47- OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB- OP. INTRA- ORCAMENTARIAS	10.861,07	10.685,44	10.861,07	9.509,64		1.175,80	10.861,07	9.509,64
92-DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	264.077,08	134.051,66	264.077,08	122.651,66		11.400,00	263.906,08	122.651,66
93- INDENIZACOES E RESTITUICOES	267.524,52	312.205,28	243.524,52	251.703,32	24.000,00	60.501,96	231.715,28	251.703,32

**Quadro 16 - Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	471.207,04	536.979,71	408.886,32
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	3.009.056,37	2.465.442,20	2.391.968,15
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	782.282,09	900.707,20	1.455.973,91
<b>3.1 Publicidade</b>	14.420,16	15.452,41	15.000,00
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	767.861,93	885.254,79	1.267.437,97
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	0,00	0,00	173.535,94
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	--	--	--
<b>4. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	574.080,12	745.758,32	932.746,22
<b>4.1. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	0	237.295,50	932.746,22
<b>4.2. OB e conta tipo B</b>	574.080,12	508.462,82	0
<b>TOTAIS</b>	4.836.625,62	4.648.887,43	5.189.574,60

### **Considerações**

Podemos observar que houve uma redução nos gastos com diárias e passagens de 2007 a 2009. O maior impacto nos gastos foram com relação aos serviços terceirizados, contudo os contratos estão de acordo com os normativos técnicos de contratação emitidos pelo MPOG. Temos que considerar também que houve o incremento de postos pelo aumento de instalações do DPF em Pernambuco, que estão sendo custeados pela SR.

A evolução nos gastos de 2007 a 2009 foi de aproximadamente 7,29%, que comparada com o IGP-M de 15,83%, obtido no período, vemos que houve uma involução nos gastos, fruto de um trabalho de melhor gerenciamento dos recursos.

Em 2008 houve a obrigatoriedade dos gastos através de suprimento de fundos serem realizados via Cartão de Pagamento do Governo Federal- CPGF. Do total gasto com suprimento de fundos no ano de 2008 o CPGF representou o valor de R\$237.295,50. No ano de 2009 todos os gastos com suprimento de fundos foram realizados através do CPGF.

## 2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

*Quadro 17 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>82.139,37</b>	<b>1.705.389,47</b>	<b>23.468,51</b>	<b>456.253,37</b>	<b>58.670,86</b>	<b>1.249.136,10</b>	<b>23.468,51</b>	<b>381.709,6</b>
51- OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	66.239,67	606.127,55	21.468,81	273.191,57	44.770,86	332.935,98	21.468,81	198.647,80
52- EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	15.899,70	1.099.261,92	1.999,70	183.061,80	13.900,00	916.200,12	1.999,70	183.061,80
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>500.000,00</b>	<b>Σ</b>	<b>500.000,00</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>500.000,00</b>	<b>Σ</b>
61- AQUISICAO DE IMOVEIS	500.000,00		500.000,00				500.000,00	
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

### *Considerações*

O aumento relativo às obras e instalações é decorrente do processo licitatório realizado para a reforma do edifício adquirido em 2008 para a nova delegacia de Polícia Federal no município de Salgueiro/PE, região de grande incidência de crimes e tráfico de drogas. Em 2009 foi realizada licitação para a compra de mobiliário para a SR e a aquisição de três centrais telefônicas para suprir a SR e delegacias descentralizadas, visando uma melhor gestão nas contas telefônicas, como também a utilização da tecnologia VOIP, que irá eliminar o custo de interurbanos entre as delegacias descentralizadas e a SR, bem como para outros locais dentro do estado. As aquisições de mobiliários era uma demanda antiga da SR, pois vários móveis estão sem condição de uso. Esta política visa melhorar a qualidade do ambiente de trabalho para que o servidor tenha condições mínimas para exercer suas atribuições. O baixo valor pago no exercício de 2009, bem como o grande valor colocado em restos a pagar foram devidos por razão liberação da dotação orçamentária ter sido apenas no final do ano. Com isso os fornecedores dos mobiliários e centrais telefônicas não tiveram como entregar os objetos em 2009 e, portanto, não tivemos como liquidar a maioria dos empenhos. A obra de reforma e adequação da delegacia de Salgueiro não foi concluída em 2009 e com isso gerou inscrição em restos à pagar.

## 2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

**Quadro 18 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		3.314.800,04	3.293.781,90	21.018,14	3.293.781,90	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício <sup>3</sup>
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	99,99*
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. *Não foi possível gerar estes dados regionalizado, contudo consta no SIGPLAN os dados gerais de todo DPF, onde foram extraídos os índices inicial, final e previsto para o exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
*Não constam dados regionalizados para explanar análise do índice alcançado.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	103
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índices melhores que o exigido PPA, devido à melhoria nos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2009 foram instaurados 1.826 inquéritos e relatados 1.859, o que permitiu um índice de 103%, objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.						

Fonte: SIGPLAN, SISCART, DICOR/CGCOR/COGER (SINPRO)

### Considerações

O Contingenciamento no exercício gerou efeitos na execução orçamentária do Programa de Governo. As limitação orçamentárias geraram entraves em licitações para melhoria dos desempenhos da SR. Temos uma grande carência de pessoal administrativo, tanto na SR como nas delegacias descentralizadas. Isso faz com que policias tenham que executar trabalhos meramente administrativos.

**Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		198.648,37	126.746,41	71.901,96	126.746,41

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e 0750- Apoio Administrativo, não há indicadores a serem avaliados.

### 2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

**Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	6.132.057,66	NA
06	422	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	NA	NA	NA	198.648,37	NA
06	125	0662	2679	A	3	Doc. emitido	NA	NA	NA	NA	967.779,64	NA
06	128	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	NA	NA	NA	1.480,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	Opeação	NA	NA	NA	NA	2.154.563,21	NA

						realizada						
06	181	1353	8980	A	3	%Exec. física	NA	NA	NA	NA	606.127,55	NA
06	830	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	190.977,19	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

### Considerações

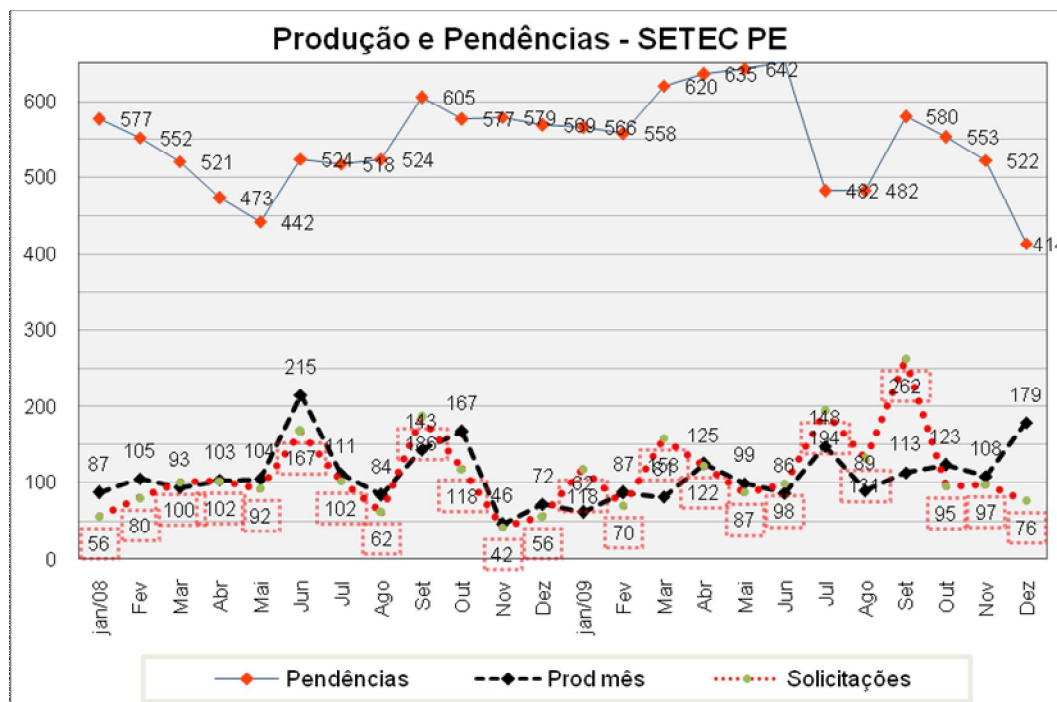
Os itens abordados no quadro acima estão descritos nos tópicos relativos a cada programa de ação já expostos.

## 2.4.2 – Indicadores de desempenho

Indicadores utilizados por alguns setores da SR para avaliar a gestão da unidade, com o intuito de medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício.

### 2.4.2.1- Quadro de demandas, Laudos e pendências no SETEC/SR/PE

Quadro 21 – Demandas, Laudos e Pendências 2009



Fonte: Sistema Criminalística – SISCRIM



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

**2.4.2.2- Quadro de volume de perícias por área nos últimos dois anos, além de pendências acumuladas em 2009 no SETEC/SR/PE**

**QUADRO 22 – PERÍCIAS REALIZADAS E PENDÊNCIAS**

Área de Perícia	2008	2009	Pendências
Perícias Contábeis e Econômicas	31	37	68
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	91	107	42
Perícias de Balística Forense	186	84	16
Perícias de Engenharia	15	12	11
Perícias de Informática	162	162	36
Perícias de Laboratório	429	446	29
Perícias de Local de Crime	54	105	61
Perícias de Meio Ambiente	25	15	35
Perícias de Veículos	62	76	4
Perícias Documentoscópicas	246	231	82
Perícias Merceológicas	29	23	13
Outras		2	17
<b>Total</b>	<b>1.330</b>	<b>1.300</b>	<b>414</b>

Fonte: Sistema Criminalística

\* Pendências em 31/12/2009

**QUADRO 23 – INDICADORES POR SETOR E ATIVIDADES DA DELEGACIA DE SALGUEIRO**

SETORES / PROCEDIMENTOS	EVOLUÇÃO MENSAL												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<b>CARTÓRIO</b>													
<b>INQUÉRITOS INSTAURADOS</b>	12	93	23	19	62	10	18	122	36	125	11	10	541
FLAGRANTES	1	5	5	0	2	4	6	7	1	3	2	0	36
PORTARIAS	11	88	18	19	60	6	12	115	35	122	9	10	505
<b>INICIATIVA INTERNA</b>	4	78	6	13	48	3	8	118	7	109	3	6	403
INICIATIVA EXTERNA	8	15	16	6	14	7	10	4	29	16	8	5	138
<b>INQUÉRITOS FINALIZADOS</b>	13	72	69	11	43	45	22	100	24	7	12	8	426
APENSADOS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
ENCAMINHADOS PARA OUTRAS UNIDADES (DPF + POLÍCIA CIVIL)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
RELATADOS	13	72	69	11	43	45	22	99	23	7	11	8	423
<b>INQUÉRITOS EM TRAMITAÇÃO</b>	814	838	842	842	842	844	845	905	922	1076	1188	1206	1206
BAIXADOS COM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

<b>COTA A CUMPRIR</b>													
<b>CARTÓRIO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>478</b>
<b>JUSTIÇA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>728</b>
<b>INQUÉRITOS COM DECISÃO</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>31</b>	<b>37</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>143</b>
<b>ABSOLVIÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>ARQUIVADOS</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>36</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>125</b>
<b>CONDENAÇÃO</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>OFERECIMENTO DE DENÚNCIA SEM RELATÓRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>TCO's</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
<b>FLAGRANCIAL</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>8</b>
<b>NÃO FLAGRANCIAL</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0</b>
<b>NOTITIA CRIMINIS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>342</b>
<b>REGISTRADAS COM INSTAURAÇÃO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>292</b>
<b>REGISTRADAS SEM INSTAURAÇÃO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>50</b>
<b>LIVRO DE REGISTROS ESPECIAIS</b>													
<b>CARTAS PREC. REGISTRADAS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>43</b>
<b>CARTAS PREC. CUMPRIDAS</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
<b>INQUÉRITOS PARA EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS (Instaurados)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>INQUÉRITOS PARA EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS (Relatados)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>APREENSÕES GERAIS</b>													
<b>AUTOMÓVEIS APREENDIDOS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>MOTOS APREENDIDAS</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
<b>ARMAS DE FOGO APREENDIDAS</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>
<b>ARMAS BRANCAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>CARREGADORES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 38 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 380 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 12 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 22 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 28 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 30 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 32 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 36 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>MUNIÇÃO CALIBRE 7,65 (UNI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>





DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
Relatório de Gestão de 2009

MUNIÇÃO CALIBRE 7,62 (UNI)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
MUNIÇÃO CALIBRE 7mm (UNI)	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	6
MUNIÇÃO CALIBRE 9mm (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	37	0	39	0	0	76
MUNIÇÃO CALIBRE 40 (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MUNIÇÃO CALIBRE 44 (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MUNIÇÃO CALIBRE 45 (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MUNIÇÃO CALIBRE 223 (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MUNIÇÃO CALIBRE 458 (UNI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VALORES APREENDIDOS (em espécie - R\$)	-	-	-	-	-	427,00	-	-	-	3.689,00	-	752,00	4.868,00
CÉDULAS FALSAS (R\$ 50,00)	0	0	1	36	1	0	1	0	0	0	4	0	43
CÉDULAS FALSAS (R\$ 20,00)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	24	1	27
CÉDULAS FALSAS (R\$ 10,00)	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	8
APARELHOS CELULARES	2	1	3	1	2	1	4	5	1	7	58	0	85
OUTROS OBJETOS	1	1	1	0	112	3	41	112	7	6	297	6	587
<b>APREENSÕES DE DROGAS</b>	-												
PAPELOTES DE MACONHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MACONHA ERRADICADA (PÉS)	0	506,730	0	0	255,774	0	0	477,402	0	412,231	0	0	1.652,137
MACONHA PRONTA (KG)	0	80	0	0	433,3	0	0	635,2	0	695,75	0	0	1.844
SEMENTES DE MACONHA (kg)	0	5,3	0	0	1,6	0	0	10,38	0	5,65	0	0	22,93
MUDAS DE MACONHA	0	106,912	0	0	202,546	0	0	186,983	0	6314	0	0	502,755
COCAÍNA (PASTA BASE)	0	0	0	0	0	0	10,534	0	0	5,000	0	0	15,534
COCAÍNA (CLORIDRATO)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRACK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BOLAS DE HAXIXE (Unidade)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HEROÍNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANFETAMINAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ECSTASY	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PRISÕES</b>	1	2	4	0	3	5	11	24	2	5	10	0	67
FLAGRANTE	0	2	4	0	3	5	11	6	1	4	2	0	38
MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS	1	0	0	0	0	0	0	18	1	1	8	0	29
<b>GABINETE</b>	-												
<b>ORDENS DE MISSÃO POLICIAL</b>	54	60	60	44	70	56	62	86	79	55	45	45	716
APOIO A OUTRA UNIDADE DO DPF	4	9	12	10	11	13	13	17	10	9	5	3	116
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	9	9	11	5	6	9	9	9	6	5	7	11	96
AUDIÊNCIAS (CONDUTOR/TESTE)	4	1	0	0	0	4	1	1	3	3	2	2	21



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

MUNHA)													
BARREIRA POLICIAL	4	8	9	0	1	1	2	3	0	0	1	2	31
CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO	1	0	1	2	6	4	2	4	6	3	5	3	37
COMUNICAÇÃO DE FLAGRANTE/ENCAMINHAMENTO DE PRESO	1	2	2	0	2	0	2	2	0	1	0	0	12
CONDUÇÃO DE POLICIAIS PARA MISSÃO	0	1	1	0	0	1	0	0	4	3	1	1	12
CONCERTO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	3
CONCERTO/MANUTENÇÃO DE VIATURAS POLICIAIS	1	4	2	1	1	2	4	4	2	0	1	2	24
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	5
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO	0	0	1	0	0	1	2	4	3	1	0	0	12
DILIGÊNCIAS PRELIMINARES DE NOTITIA CRIMINIS	1	0	3	2	3	1	1	0	2	1	1	1	16
ERRADICAÇÃO DE PLANTIOS DE MACONHA	0	7	0	5	11	1	1	11	1	12	0	0	49
ESCOLTA DE PRESO	0	1	1	1	0	1	0	1	2	1	1	0	9
FISCALIZAÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIA	0	0	1	2	4	0	0	2	2	0	0	0	11
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MISSÃO/REINTEGRAÇÃO DE POSSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
INFILTRAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS	8	0	3	4	12	1	3	8	14	7	7	9	76
LOCALIZAÇÃO/INTIMAÇÃO DE PESSOAS	8	3	2	0	2	4	5	7	9	2	1	2	45
MONITORAMENTO/VIGILÂNCIA DE ALVOS	7	9	2	4	1	1	5	0	0	1	0	1	31
REPRESENTAÇÃO DO DPF EM EVENTOS/REUNIÕES	2	2	2	0	2	1	1	0	4	2	0	0	16
SEGURANÇA PESSOAL DE DIGNITÁRIOS	-	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DA JUSTIÇA	1	0	2	1	0	1	1	0	1	0	1	1	9



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DE ÓRGÃOS FEDERAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DO MPF/MPE	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
SIGILOSA	0	0	1	1	1	4	4	7	0	0	1	1	20
TRAMITAÇÃO DE EXPEDIENTES/INQUÉRITOS POLICIAIS	1	2	4	5	5	5	6	5	9	2	10	4	58
<b>EMPREGO DO EFETIVO (HOMENS x DIAS)</b>	<b>280</b>	<b>372</b>	<b>426</b>	<b>271</b>	<b>334</b>	<b>432</b>	<b>441</b>	<b>491</b>	<b>452</b>	<b>290</b>	<b>281</b>	<b>195</b>	<b>4265</b>
APOIO A OUTRA UNIDADE DO DPF	87	186	218	124	109	256	253	191	151	121	75	47	1818
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	18	15	31	10	13	22	24	25	16	12	31	23	240
AUDIÊNCIAS (CONDUTOR/TESTE MUNHA)	8	3	0	0	0	11	9	3	8	7	3	6	58
BARREIRA POLICIAL	24	31	57	0	2	4	12	22	0	0	3	22	177
CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO	2	0	1	13	45	72	39	26	116	43	36	33	426
COMUNICAÇÃO DE FLAGRANTE/ENCAMINHAMENTO DE PRESO	4	4	5	0	4	0	3	5	0	2	0	0	27
CONDUÇÃO DE POLICIAIS PARA MISSÃO	0	2	4	0	0	2	0	0	10	5	2	2	27
CONCERTO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	2	0	2	0	0	0	3	0	0	7
CONCERTO/MANUTENÇÃO DE VIATURAS POLICIAIS	1	10	4	2	4	4	14	16	3	0	3	3	64
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA	4	14	0	0	0	0	0	9	3	0	0	6	36
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO	0	0	6	0	0	8	6	50	18	8	0	0	96
DILIGÊNCIAS PRELIMINARES DE NOTÍCIA CRIMINIS	2	0	6	4	12	3	2	-	5	2	1	2	39
ERRADICAÇÃO DE PLANTIOS DE MACONHA	0	49	0	30	47	6	2	64	3	46	0	0	247
ESCOLTA DE PRESO	0	2	2	4	-	3	-	2	5	2	3	0	23
FISCALIZAÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIA	0	0	2	6	11	0	0	6	6	0	0	0	31
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
IMISSÃO/REINTEGRAÇÃO DE POSSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
INFILTRAÇÃO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
INSTRUÇÃO DE INQUÉRITOS	74	0	48	38	48	3	7	18	62	21	42	20	381



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

<u>POLICIAIS</u>													
<u>LOCALIZAÇÃO/INTIMAÇÃO DE PESSOAS</u>	19	7	5	0	6	8	16	19	17	4	3	4	<b>108</b>
<u>MONITORAMENTO/VIGILÂNCIA DE ALVOS</u>	22	25	5	22	12	2	20	0	0	1	0	1	<b>110</b>
<u>REPRESENTAÇÃO DO DPF EM EVENTOS/REUNIÕES</u>	8	8	13	0	4	4	1	0	13	8	0	0	<b>59</b>
<u>SEGURANÇA PESSOAL DE DIGNITÁRIOS</u>	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>8</b>
<u>SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DA JUSTIÇA</u>	3	0	6	2	-	3	10	-	2	0	18	2	<b>46</b>
<u>SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DE ÓRGÃOS FEDERAIS</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	<b>2</b>
<u>SEGURANÇA PESSOAL DE SERVIDORES DO MPF/MPE</u>	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	<b>4</b>
<u>SIGILOSA</u>	0	0	3	2	2	10	10	24	0	0	29	14	<b>94</b>
<u>TRAMITAÇÃO DE EXPEDIENTES/INQUÉRITOS POLICIAIS</u>	2	8	10	12	11	9	13	11	14	2	30	8	<b>130</b>
<b>IMIGRAÇÃO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Alteração de assentamento</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<u>Anistia (Lei 11961/09)</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	<b>4</b>
<u>Atendimentos a estrangeiros</u>	0	0	0	1	2	9	6	2	1	2	1	8	<b>32</b>
<u>Autos de infração</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Carteiras de RNE entregues</u>	0	0	0	0	0	0	4	1	1	0	0	1	<b>7</b>
<u>Comunicação de Mudança de endereço</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Conversão de visto temporário VII em permanente</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<u>Deportações realizadas</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Expulsões realizadas</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Inquéritos para expulsão de estrangeiros (Instaurados)</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Inquéritos para expulsão de estrangeiros (Relatados)</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<u>Passaportes expedidos</u>	18	13	10	3	10	16	16	6	7	19	14	12	<b>144</b>
<u>Passaportes requeridos</u>	18	13	10	3	10	16	16	6	7	19	14	12	<b>144</b>
<u>Passaportes (arrecadação - R\$)</u>	280 9,26	202 8,91	156 0,7	468 ,21	156 0,7	249 7,12	249 7,12	936, 42	109 2,49	2965 ,33	218 4,98	187 2,84	<b>2247 4,08</b>



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

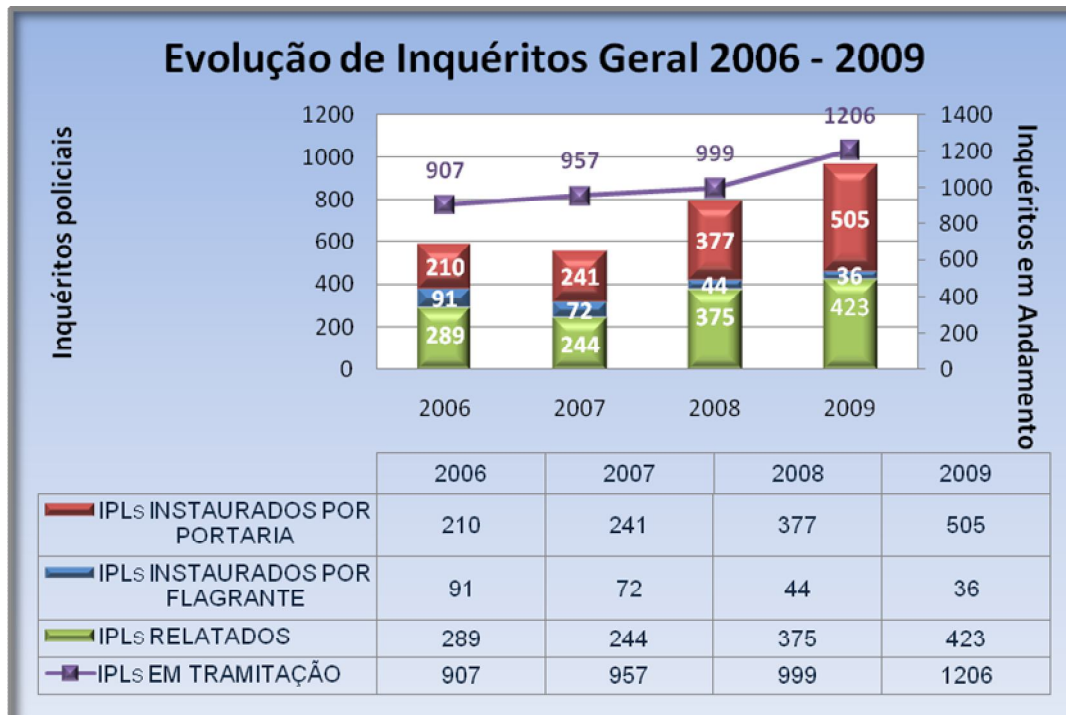
Processos de Deportação (Concluídos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos de Deportação (Instaurados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos de Naturalização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos de Vistos Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Processos de Vistos Temporários (Turistas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prorrogação de Vistos Temporários IV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prorrogação de Vistos Temporários VI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recadastramento com alteração de assentamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Registro de temporário I com expedição de CIE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Registro de temporário VII com expedição de CIE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Registro Temporário - Acordo Brasil/Argentina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Registro Temporário - Acordo Brasil/Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Registro Temporário - Acordo Brasil/Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Registros de Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Republicação de despacho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Restabelecimento de registro com expedição de CIE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Substituição de CIE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>COMISSAO DE VISTORIA</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscalizações em bancos	0	0	3	7	12	0	0	8	2	0	7	0	39
Planos de segurança aprovados	0	0	3	7	12	0	0	8	2	0	7	0	39
Planos de segurança reprovados	0	0	0	0	2	0	0	2	-	0	1	0	5
Autuações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores das autuações (R\$)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fiscalizações em Empresas de segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portarias emitidas	0	0	0	11	2	0	0	10	0	10	7	1	41
<b>CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscalizações realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autuações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores das autuações (R\$)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
Relatório de Gestão de 2009

SINARM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de armas (Pedidos)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	1	5
Aquisição de armas (Processados)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	4
Cadastramento de Armas	0	23	281	128	18	0	4	0	120	167	63	15	819
Comunicação de ocorrência	0	6	5	7	2	3	0	0	10	6	5	3	47
Indenização (Pedidos e armas entregues)	1	0	1	1	1	0	0	0	3	6	4	4	21
Indenização (Processados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informações prestadas a autoridades	2	3	5	5	0	0	0	0	10	2	1	0	28
Porte de Armas (Concedidos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porte de armas (Pedidos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos Arquivados	0	0	0	0	0	0	0	0	120	135	179	77	511
Registro de armas (Entregues)	0	0	0	0	0	0	0	0	120	152	214	94	580
Registro de armas (Pedidos)	7	9	42	8	2	0	1	31	272	258	46	0	1996
Registro de armas (processados)	34	20	273	125	18	0	4	0	120	375	64	105	1138
Renovação de Porte (Pedidos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Renovação de Registro (Pedidos)	4	4	12	3	0	0	0	4	32	28	5	22	114
Renovação de Registro (Processados)	4	4	25	11	2	0	0	0	0	38	6	10	100
Transferência de propriedade (Pedidos)	4	5	10	3	0	0	0	3	4	11	10	2	52
Transferência de propriedade (Processados)	0	1	0	13	1	0	3	0	37	41	12	8	116

QUADRO 24 – QUADRO DE EVOLUÇÃO DE IPL'S NA DELEGACIA DE SALGUEIRO



### 2.4.3 – Análise do desempenho

Os indicadores acima foram desenvolvidos pelo Sistema de Criminalística do DPF, como também pela Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro e estão sendo testados e analisados para serem implantados em toda a superintendência após serem colocados em forma de programação para disponibilizar para todas as delegacias e setores desta SR.

## 3 - Recursos Humanos

*Quadro 25 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009*

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	413	413	<b>Não há informação<sup>1</sup></b>
Próprios	413	413	
Requisitados	0	0	
<b>Celetistas</b>	0	0	
<b>Cargos de livre provimento</b>	0	0	
Estatutários			
Não Estatutários			
<b>Terceirizados</b>			



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

<b>Total</b>	413	413	
--------------	-----	-----	--

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

**Quadro 26 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009**

<b>QUADRO PRÓPRIO</b>								
<b>TIPOLOGIA</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vencimentos e vantagens fixas</b>	<b>Retribuições</b>	<b>Gratificações</b>	<b>Adicionais</b>	<b>Indenizações</b>		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	414	40.151.627,70	410.108,94	1.527.245,02	836.209,81	834.530,62		
2008	406	49.221.865,28	440.360,88	1.851.561,36	1.471.205,42	914.326,69		
2009	413	52.972.112,33	766.557,62	1.264.344,15	1.613.497,97	800.977,22		
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	0	0	0	0	0	0		
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
<b>Finalidade</b>	<b>Conservação e Vigilância</b>		<b>Apoio Administrativo</b>		<b>Atividades de Área-fim</b>		<b>Estagiários</b>	
	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>
2007	49	789.318,08	NA	0	NA	NA	73	264.587,79
2008	49	786.427,93	30	84.857,43	NA	NA	45	125.741,00
2009	60	1.202.676,16	30	431.876,26	NA	NA	45	132.954,43

Fonte: SIAPE





### *Considerações*

Houve necessidade de ampliação dos contratos de limpeza e conservação, como também de vigilância por conta de aquisições de novas unidades do DPF no estado. A terceirização composta do apoio administrativo melhorou significativamente a qualidade do serviço prestado pela SR na emissão de passaporte e atendimento aos despachos de estrangeiros em trânsito no Brasil.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

## **4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

– não ocorreu no período –

## **5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009**

*Quadro 27 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009*

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	98714,52	-87047,22	11667,3	0
2007	16782,01	-4141,07	0	12640,94
2006	46693,02	0	0	46693,02
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	1.656.973,9	-430430,5	877.107,38	349.436,02
2007	718.772,53	-505140,78	212.234,91	1.396,84
2006	218.196,31	-218196,31	0	0
<b>Observações:</b>				
Relação de atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007: Decreto nº 6.331 de 28.12.2007;				



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

Decreto Nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008;  
Decreto Nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009.

Fonte: SIAFI Gerencial; [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)

***Considerações***

Em 2009 houve um grande contingenciamento dos gastos do governo federal por causa da crise financeira mundial e as diversas ações de renúncias de receitas para tentar amenizar os efeitos negativos dos desaquecimentos dos mercados de crédito e atacadista. Com isso alguns contratos firmados pela SR ficaram sem a devida liquidação e pagamento no exercício. No final do exercício foram liberados créditos orçamentários para a compra de divisórias, mobiliário e centrais telefônicas para a SR e delegacias descentralizadas. Os fornecedores não tiveram como entregar estes materiais em 2009, portanto não foram liquidados e pagos o que gerou um grande saldo em Restos a pagar para o exercício de 2010.



## **6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **7 – Previdência Complementar Patrocinada**

**- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -**

## **8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **9 – Renúncia Tributária**

**- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ –**



## **10 – Operações de Fundo**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ –

## **11 – Determinações dos Órgãos de Controle**

### ***11.1 – Recomendações da CGU***

Pela mudança na sistemática de auditoria pela Controladoria-Geral da União em Pernambuco no ano de 2009 não houve elaboração do relatório.

### ***11.2 - Determinações e Recomendações do TCU***

Não houve determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União Pela para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco em 2009.

## **12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009**

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



## 13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

*Quadro 28 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos*

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco		200092	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Recife</b>	<b>Data</b>	<b>26 de março de 2010</b>
<b>Responsável</b>	<b>Thiago Cesar Torres Leite</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>11729</b>



## 14 – Outras Considerações

No exercício de 2009 foram implantados várias ações administrativas. Dentre eles podemos citar:

- Implantação do sistema de controle de viaturas -SISVIA, no intuito de controlar o uso dos veículos no âmbito da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco.
- Foi implantado o Registro Eletrônico de Frequência para verificar o real quantitativo de pessoal dentro da SR, bem como melhorar o controle de frequência.
- Foi assinado um termo de cessão com o DNOCS, onde foi transferido ao DPF uma área para instalação de escritórios para desenvolver melhor os trabalhos no combate ao crime organizado.
- Visando a melhoria do local de trabalho foram adquiridas novas divisórias para as salas com isolamento acústico e térmico, bem como a aparência interna do Órgão.
- A reforma e modernização dos elevadores vieram atender a uma demanda de anos da SR/DPF/PE, uma vez que além resolver a questão funcional e de segurança (já que os equipamentos apresentavam quebras constantes) houve um grande ganho no aspecto visual, haja vista a remodelagem toda a estrutura interna de revestimento e painéis de comando.
- Atendendo demanda do Setor Técnico-Científico (SETEC), foi realizada a reforma e construção da sala de documentoscopia e da sala cofre para guarda de provas.
- Foi efetuada obra de estacionamento para veículos em terreno cedido a SR/DPF/PE, com capacidade estimada em 500 vagas.
- Foi construído um refeitório para atendimento ao público interno que passou a dispor de um local adequado para que efetuem suas refeições na Sede, evitando constrangimentos pela inexistência de tal espaço e promovendo condições dignas para alimentação dos usuários.
- Foi licitada e iniciada a reforma do novo imóvel da DPF/SGO, visando adequar o prédio as atividades típicas de uma Delegacia da Polícia Federal
- Foram contratados, através de terceirização de mão-de-obra, 6 (seis) postos, incluindo 1 posto para a DPF/CRU e 1 para a DPF/SGO de trabalho para prestação de serviços de T.I na área de administração da rede de informática e suporte a usuários. Tal contrato além de viabilizar o devido suporte aos usuários veio possibilitar o desenvolvimento de ferramentas para promoção da produtividade dos setores através de recursos de tecnologia de informação.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

- Através de negociação com a empresa Ticket Serviços, foi reduzida a taxa de administração de 6% para 4%, e providenciada a implantação dos cartões de usuários, adequando o contrato vigente ao padrão firmado pelo DPF.
- Possibilidade de emissão de bilhetes de passagem rodoviária junto a empresa responsável pela emissão de passagens aéreas.
- Foram firmados 2 convênios de cessão de área para instalação das antenas do Tetrapol;
- Foram adquiridas centrais telefônicas para a SR/PE, bem como para as delegacias de Caruaru e Salgueiro que eliminarão os custos de ligações interurbanas, transformando em ligações locais quando efetuadas para estes municípios.

**LEONARDO GOMES VIEIRA**  
Perito Criminal Federal  
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial  
Matrícula 16.439

**PAULO DE TARSO TEIXEIRA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional  
Matrícula 5.989



## 15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
DENOMINAÇÃO COMPLETA (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL-PE	200398-200399
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8